

## Serviços municipais de controle de zoonoses no Estado de São Paulo: diagnóstico situacional

### *Municipal zoonosis control services in the State of São Paulo: a situation diagnosis*

Luciana Hardt Gomes<sup>1</sup>; Ricardo Fernandes de Menezes<sup>2</sup>; Clelia M. S. de Souza Aranda<sup>2</sup>; Pedro Antonio Vieira<sup>3</sup>\*

<sup>1</sup>Instituto Pasteur; <sup>2</sup>Coordenadoria de Controle de Doenças; <sup>3</sup>Núcleo de Informação em Vigilância Epidemiológica do Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof Alexandre Vranjac”  
Secretaria de Estado da Saúde, São Paulo, SP, Brasil

---

## INTRODUÇÃO

Durante a história humana as populações enfrentaram diferentes condições ambientais, nas quais foram confrontadas suas adaptações biológicas e culturais em sucessivas transições históricas que favoreceram a emergência e exposição a agentes infecciosos de origem animal.<sup>1</sup>

A domesticação de animais e plantas incrementou a ocorrência de parasitoses entre populações humanas, uma vez que as pessoas trouxeram para perto de si animais para consumo – por exemplo: bovinos, caprinos e suínos – e animais para convívio – cães, gatos, entre outros. Esse contato constante facilitou a transmissão de parasitos, incluindo zoonóticos, antes adquiridos eventualmente. Além disso, parasitos causadores de zoonoses provavelmente foram, também, adquiridos pela necessidade de consumir alimentos silvestres.<sup>1</sup>

Juntamente com a domesticação, surgiu a necessidade de existir pessoas nas sociedades capazes de entender os processos biológicos dos animais, tanto na saúde, quanto em quadros mórbidos.<sup>2</sup> Isso fez

com que o médico veterinário se incluísse entre as profissões mais antigas da humanidade, surgida com as atividades do pastoreio, do cuidado e trato dos animais domesticados, sobretudo do gado bovino e dos animais de carga.<sup>3</sup>

Desde a Antiguidade, adotou-se, para controlar enfermidades animais, a higiene e o controle do abate. A intervenção sanitária incluía os locais de produção de animais e os matadouros, objetivando combater doenças animais e também enfermidades humanas associadas a alimentos de origem animal, ações que se tornaram a base para os iniciais esforços da veterinária direcionados à Saúde Pública.

No sentido de controlar enfermidades, os governos da maioria dos países adotaram estritas medidas preventivas, introduzindo-as por meio da legislação.

O advento da Era Bacteriológica trouxe como resultado melhor compreensão das formas de contágio, fornecendo a base para nova abordagem na investigação de doenças e identificação de seus agentes etiológicos.<sup>4</sup>

---

\*in memoriam

Foram iniciados programas de ações governamentais de combate – prevenção e controle – às infecções dos animais de fazendas, introduzindo-se ações como o diagnóstico, a imunização, a terapia em escala populacional e a educação em saúde dos proprietários de animais, além de procedimentos em ecologia aplicada como o controle de vetores. A aplicação dessas medidas permitiu o uso rápido e sistemático de outros procedimentos, tais como: a quarentena, o sacrifício de animais reagentes e a desinfecção local.<sup>4</sup>

No Brasil, as primeiras normas voltadas para o controle de populações animais foram elaboradas e publicadas sob a influência da divulgação dos trabalhos de Pasteur.<sup>5</sup>

No Estado de São Paulo, data de 1892 o processo de estruturação do Serviço Sanitário do Estado<sup>6</sup> abrindo caminho para a produção de saber e de tecnologias, especialmente mediante a instituição de laboratórios pioneiros. Em 1894 foi publicado o primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, e do país,<sup>7</sup> que se refere aos animais domésticos tipificando como habitações insalubres também aquelas que contiverem promiscuamente, na habitação, homens e animais (Art. 145, 11). Além disso, quanto à alimentação pública, trata da condição de saúde de animais que não devem ser abatidos para consumo (Art. 239, Art. 304 e Art. 305).

No município de São Paulo a Lei n.º. 143/1895 proibia cães soltos nas ruas, sem estarem açaimados<sup>8</sup> e o Ato n.º. 132/1902<sup>9</sup> consolida disposições sobre venda, apreensão e matança de cães, as duas últimas atribuições da Intendência de Higiene e Saúde Pública, órgão então vinculado à Câmara Municipal.<sup>10</sup>

Naturalmente, como decorrência direta do estágio de desenvolvimento científico e tecnológico, aliado às determinações social, política e cultural, as normas que regularam ao longo do tempo as ações de controle de zoonoses e de população animal foram alteradas quando se tornaram obsoletas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a incorporação do saber e práticas da medicina veterinária aos órgãos de Saúde Pública foi caracterizada pelo uso da epidemiologia no desenvolvimento de programas de controle de zoonoses. Informe da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1957 assinala que a luta contra as zoonoses se constitui em uma das principais atividades de Saúde Pública envolvendo o campo da veterinária, pois a prevenção e a eliminação desse tipo de doença nos seres humanos dependem, em grande parte, das medidas adotadas contra essas enfermidades nos animais.<sup>4</sup>

A Constituição Federal de 1988,<sup>11</sup> secundada pela promulgação das constituições estaduais (1989) e das leis orgânicas dos municípios brasileiros (1990), ao lado da publicação da Lei Orgânica da Saúde – Lei n.º. 8.080, de 19/09/1990<sup>12</sup> – e da Lei n.º. 8.142, de 28/12/1990,<sup>13</sup> instituiu o direito social à saúde e criou o Sistema Único de Saúde (SUS) – compartilhado pelas três esferas de poder (União, estados/Distrito Federal e municipalidades). Tais normas, das constitucionais às infraconstitucionais, não conflitaram com parcela da legislação anterior que dispunha sobre zoonoses e ações de controle animal, porém ensejaram a renovação da legislação sanitária a esse respeito.

O Ministério da Saúde, por meio das Portarias MS/GM n.º 1.172, de 15/06/2004,<sup>14</sup> revogada pela Portaria MS/GM n.º. 3.252,

de 22/12/2009 posteriormente,<sup>15</sup> enfatizou a competência legal dos municípios brasileiros, mediante a execução de atividades programáticas, de efetivar ações direcionadas ao controle animal. Essa responsabilidade recai, nas municipalidades, sobre os órgãos de Saúde Pública ou, em municípios dotados de maior infraestrutura, em órgãos específicos de controle de zoonoses.

Espelhando o espírito das normas contidas nas Constituições Federal e Estadual a respeito do tema, no Estado de São Paulo foi publicada a Lei nº 11.977, de 25/08/2005, que Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado,<sup>16</sup> estabelecendo que os municípios devem manter programas permanentes de controle de zoonoses, através de vacinação e controle de reprodução de cães e gatos, ambos acompanhados de ações educativas para propriedade ou guarda responsável.

Na sequência a Lei nº 12.916, de 16/04/2008, que dispõe sobre o controle da reprodução,<sup>17</sup> proibiu a eutanásia dos animais de estimação (cães e gatos) nos serviços de controle animal municipais como forma de controle populacional. Esse instrumento legal prevê exceções, tais como animais em situação sanitária crítica ou quando, por questões de Saúde Pública, a eutanásia seja a única alternativa viável, justificada por laudo de médico-veterinário. Também disciplina registro e identificação, adoção, campanhas educativas e controle reprodutivo de cães e gatos.<sup>5</sup>

Ressalve-se que, a rigor, a quase totalidade das municipalidades do país, inclusive as do Estado de São Paulo, enfrentam problemas em relação ao controle animal, potenciais dificultadores da preservação da saúde humana, a saber: a) animais

errantes; b) abandono animal; c) crias indesejadas; d) superpopulação de animais; e) mordeduras e demais agravos; f) criação e comercialização desregrada ou irregular e g) desconhecimento ou não incorporação dos preceitos de bem-estar animal para o desenvolvimento de um programa de controle.<sup>5</sup>

Destaque-se dentre as questões relacionadas ao controle animal:

- **Leishmaniose visceral americana (LVA).** Primariamente uma zoonose caracterizada como doença eminentemente rural, recentemente vem se expandindo nas áreas urbanas de médio e grande porte tornando-se endemia em franca expansão geográfica e crescente problema de Saúde Pública.<sup>18</sup> No Estado de São Paulo, mais de 1,7 mil casos humanos foram confirmados desde 1999, com letalidade média de 8% (as letalidades registradas em 1999 e em 2010, respectivamente, foram 29,4% e 9,3%).
- **Raiva.** Casos humanos não são identificados em nosso estado desde 2001, resultante da vacinação de cães e gatos, estratégia executada no Estado de São Paulo há décadas e grande responsável pelo controle da enfermidade, associada à imunoprofilaxia de acidentes por mordedura. A interrupção da vacinação em 2010, medida necessária pela detecção de eventos adversos graves associados à aplicação da vacina nos animais domésticos, aponta a necessidade de desenvolver a atividade de monitoramento pós-vacinação pelos executores de controle de zoonoses.

Neste contexto epidemiológico, diante dos marcos regulatórios apontados e do momento em que, no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo, se desenvolve o processo de estabelecimento das redes regionalizadas de atenção à saúde<sup>19</sup> (RRAS), decidiu-se pela divulgação do consolidado das informações obtidas em levantamento realizado pela Coordenadoria de Controle de Doenças, no ano de 2009, no que se refere às condições nas quais as ações de controle de zoonoses e ou controle de populações animais eram desenvolvidas nas municipalidades.

Buscou-se realizar abrangente diagnóstico, passo primeiro para que sejam incorporados programas e outras intervenções sanitárias específicas como elementos estáveis da política pública de saúde, no âmbito estadual. Também aventou-se a possibilidade de elaborar um Índice de Potencial de Risco (IPR) para a Leishmaniose visceral americana.

Esta publicação contempla apenas os principais resultados sobre os serviços de controle de zoonoses (SCZ), sendo de se registrar que edição suplementar do BEPA Boletim Epidemiológico Paulista apresentará trabalho<sup>20</sup> contendo os dados integralmente, além da proposta do mencionado IPR, disponíveis em arquivo eletrônico no endereço [http://www.cve.saude.sp.gov.br/bepa/bepa\\_edi.htm](http://www.cve.saude.sp.gov.br/bepa/bepa_edi.htm).

## OBJETIVO

Realizar o diagnóstico, no âmbito do estado de São Paulo, dos serviços municipais de controle de zoonoses.

## METODOLOGIA

### Diagnóstico dos serviços municipais de controle de zoonoses

Foi elaborado um questionário – instrumento de coleta de dados – e, antes da sua aplicação, procedeu-se à realização de pré-teste. Para isso, foram selecionados intencionalmente 18 municípios (Borá, Cunha, Duartina, Itanhaém, Itapeva, Jaú, Mesópolis, Mirandópolis, Nova Aliança, Orlandia, Parisi, São Paulo, Teodoro Sampaio, Valinhos, Tambaú, Eldorado, São João da Boa Vista e Ribeirão Preto), localizados nas áreas de abrangência de 17 grupos de vigilância epidemiológica (GVE), em função de inserirem-se em diferentes classes de população segundo a padronização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de participarem regularmente de colegiados de gestão regional do SUS.

O diagnóstico dos serviços municipais de controle de zoonoses (SCZ), no âmbito do estado de São Paulo, foi realizado por meio de um questionário semi-estruturado, dividido em cinco eixos: identificação institucional, instalações físicas, recursos humanos e equipamentos, programas, atividades e procedimentos realizados, inclusive destinação de resíduos biológicos (cadáver e carcaça de animais), e articulações institucionais do município para o controle de zoonoses e de populações animais.

Para a obtenção dos dados disponibilizou-se o questionário *on line*, no site da Coordenadoria de Controle de Doenças

da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, durante os meses de julho e agosto de 2009, de maneira a propiciar o seu preenchimento pelos municípios.

As variáveis de quatro eixos do questionário – instalações físicas, insumos, programas e procedimentos realizados e articulações institucionais – foram geoprocessadas pelo Núcleo de Informação em Vigilância Epidemiológica (NIVE) do Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac” (CVE) da CCD/SES-SP.

Na análise dos dados, realizada mediante o emprego do programa eletrônico *Excel*, nas quais se considerou as classes de população dos municípios segundo a padronização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as populações municipais de referência foram aquelas estimadas para 1 de julho de 2009 pelo próprio IBGE.

## RESULTADOS

### Diagnóstico dos serviços municipais de controle de zoonoses

O instrumento de coleta de dados [questionário] foi preenchido por 95,97% (619/645) dos municípios do Estado de São Paulo.

Destaque-se que, na apresentação dos resultados que se seguem, considera-se como sem informação (SI) o número de municípios que preencheram o instrumento de coleta de dados, mas não preencheram o campo específico relativo a determinado dado, e

também os 4,03% (26/645) de municipalidades que não preencheram o instrumento de coleta de dados.

### Identificação institucional – Legislação Municipal

No eixo identificação institucional, tanto de atributos da municipalidade quanto do Serviço Municipal de Controle de Zoonoses, procurou-se verificar a existência ou não de legislação municipal disciplinando o controle de zoonoses e de população animal. No âmbito do estado, 43,25% dos municípios não contavam com legislação (279/645), 27,29% contavam (176/645) e 29,46% não forneceram informações (190/645). Chama a atenção o elevado percentual de ausência de preenchimento do campo referente a esse dado.

Considerando-se as municipalidades segundo classes de população, verificou-se que a maior parte daquelas que não contavam com legislação municipal encontrava-se entre os que possuíam menor população (Tabela 1). Tomando-se, a título de ilustração, os municípios com população igual ou menor que 50.000 habitantes (523/645), observou-se que 50,48% (264/523) não contavam com legislação.

### Instalações físicas – Alojamento para animal

No eixo instalações físicas do Serviço Municipal de Controle de Zoonoses verificou-se quanto ao alojamento para cão que 68,68% não contavam com tal instalação (443/645), 24,96% contavam (161/645) e 6,36% sem informação (41/645).

**Tabela 1.** Legislação municipal para controle de zoonoses e população animal segundo classe de população e número de municípios.

Classe de população	Número de municípios			
	Sim	Não	SI	Total
Até 5.000	22	78	55	155
De 5.001 a 10.000	14	66	43	123
De 10.001 a 20.000	23	72	24	119
De 20.001 a 50.000	39	48	39	126
De 50.001 a 100.000	26	9	14	49
De 100.001 a 500.000	45	6	13	64
500.000 e mais	07	0	2	9
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>279</b>	<b>190</b>	<b>645</b>

SI: Sem Informação (de 190, 164 não preencheram o campo específico relativo ao dado e 26 não preencheram o instrumento de coleta de dados)

Frise-se que 17,83% (79/443) dos municípios que informaram não contar com alojamento para cão também informaram que possuíam instalações físicas para o SCZ. Nesses casos, portanto, não é factível afirmar com certeza que tais SCZ não dispunham de canil.

Levando-se em conta as municipalidades segundo classe de população (Tabela 2) e grupos de vigilância epidemiológica (Tabela 3), observou-se o seguinte em relação aos municípios que contavam com alojamentos para cão:

Conforme se pode verificar à medida que decresce o número de habitantes dos

municípios, de acordo com as classes de população do IBGE, decresce o número de presença de alojamento para cão (Tabela 2). Ou seja: constatou-se haver 100% (9/9) de canis em municípios com 500.000 e mais habitantes, 79,69% (51/64) em municípios com 101.000 a 500.000 habitantes, 59,18% (29/49) em municípios com 50.001 a 100.000 habitantes, 33,33% (42/126) em municípios com 20.001 a 50.000 habitantes, 12,60% (15/119) em municípios com 10.001 a 20.000 habitantes, 4,88% (6/123) em municípios com 5.001 a 10.000 habitantes e 5,81% (9/155) de canis em municípios com até 5.000 habitantes.

**Tabela 2.** Alojamento para cão segundo classe de população e número de municípios.

Classe de população	Total Município	Alojamento para cão	
		%	N
Até 5.000	155	5,81	9
5.001 a 10.000	123	4,88	6
10.001 a 20.000	119	12,60	15
20.001 a 50.000	126	33,33	42
50.001 a 100.000	49	59,18	29
101.000 a 500.000	64	79,69	51
500.000 e mais	9	100,00	9
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>24,96</b>	<b>161</b>

Chamam a atenção os dados registrados em três Grupos de Vigilância Epidemiológica, nos quais se detectou não haver alojamento para cão: GVE de Assis (0/25), de Itapeva (0/15) e de Registro (0/15) (Tabela 3).

Na Figura 1 os dados referentes ao alojamento para cão estão demonstrados de acordo com os tipos de ambientes – individual e ou coletivo.

No que se refere aos alojamentos para outras espécies foi constatado o seguinte, a saber (Tabela 4):

- alojamento para gato (gatil):  
74,73% não contavam com tal instalação (482/645),  
16,28% contavam (105/645)

e 8,99% sem informação (58/645);

- animal de médio porte (AMP):  
82,95% não contavam com tal instalação (535/645), 10,23% contavam (66/645) e 6,82% sem informação (44/645);
- animal de grande porte (AGP):  
80,15% não contavam com tal instalação (517/645), 13,18% contavam (85/645) e 6,67% sem informação (43/645), e
- animal silvestre (AS): 89,30% não contavam com tal instalação (576/645), 3,57% contavam (23/645) e 7,13% sem informação (46/645).

**Tabela 3.** Alojamento para cão segundo Grupos de Vigilância Epidemiológica e número de municípios.

Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE)	Total Município GVE	Alojamento para cão	
		N	%
Capital	1	1	100,00
Santo André	7	7	100,00
Caraguatatuba	4	4	100,00
Santos	9	7	77,77
Mogi das Cruzes	11	7	64,64
Sorocaba	33	15	45,45
Campinas	42	18	42,86
Franco da Rocha	5	2	40,00
Osasco	15	6	40,00
Araçatuba	40	15	37,50
São José dos Campos	8	3	37,50
Presidente Venceslau	21	7	33,33
Piracicaba	26	8	30,77
São João da Boa Vista	20	6	30,00
Araraquara	24	7	28,00
Ribeirão Preto	26	7	28,00
Barretos	19	5	26,31
Taubaté	27	6	22,22
Marília	37	8	21,62
Botucatu	30	5	16,67
São José do Rio Preto	66	7	10,61
Franca	22	2	9,09
Jales	35	3	8,57
Presidente Prudente	24	2	8,33
Bauru	38	3	7,89
Assis	25	0	0
Itapeva	15	0	0
Registro	15	0	0
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>161</b>	<b>24,96</b>

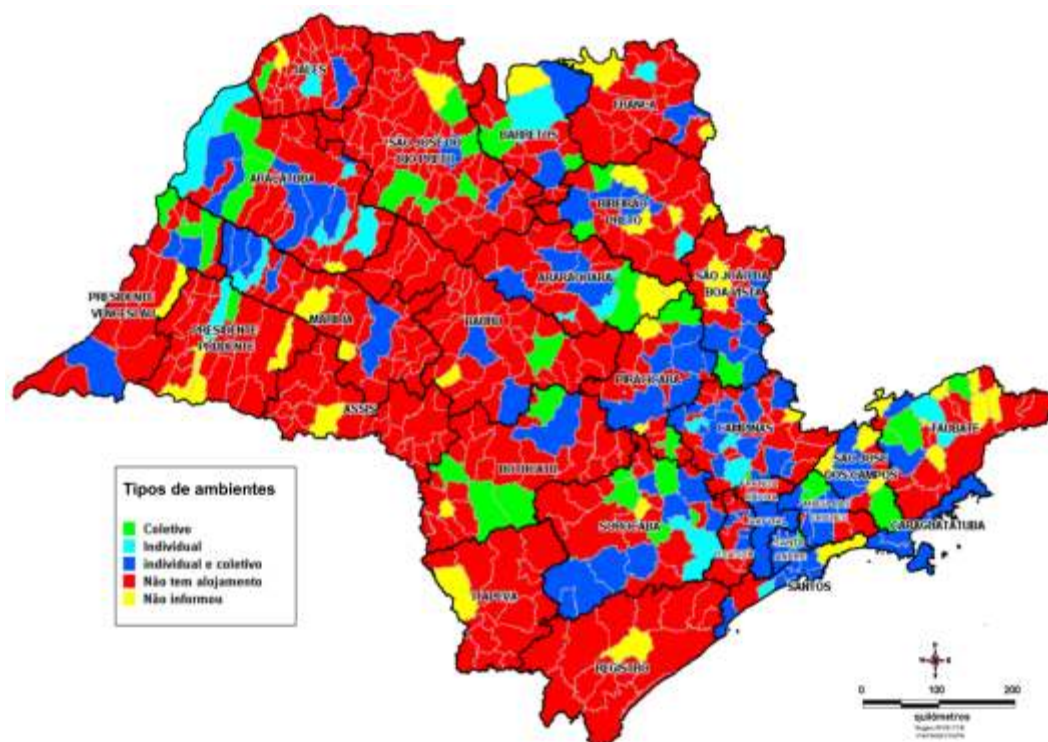


Figura 1. Alojamento para cão segundo tipos de ambientes

Tabela 4. Alojamento para animal segundo espécie, classe de população e número de municípios.

Classe de População	Total Município	Alojamento				
		Cão	Gato	AMP	AGP	AS
Até 5.000	155	9	4	2	2	3
De 5.001 a 10.000	123	6	1	2	2	2
De 10.001 a 20.000	119	15	8	5	4	2
De 20.001 a 50.000	126	42	23	14	210	5
De 50.001 a 100.000	49	29	21	10	14	2
De 100.001 a 500.000	64	51	40	27	33	8
500.000 e mais	9	9	8	6	9	1
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>161</b>	<b>105</b>	<b>66</b>	<b>85</b>	<b>23</b>

AMP: animal de médio porte; AGP: animal de grande porte e AS: animal silvestre.

Os 23 alojamentos para animal silvestre foram observados em municípios situados na área de abrangência geográfica dos grupos de vigilância epidemiológica de Mogi das Cruzes, Osasco, Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Campinas, Caraguatatuba, Franca, Jales, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

### Instalações físicas – Estrutura físico funcional para realização de procedimentos

Nos serviços municipais de Controle de Zoonoses, no que se relaciona à estrutura físico funcional para realização dos procedimentos de eutanásia, necropsia, armazenamento provisório de cadáver e carcaça e esterilização de cão e gato, detectou-se:



- estrutura físico funcional para realização de eutanásia: 64,34% não contavam com tal instalação (415/645), 30,70% contavam (198/645) e 4,96% sem informação (32/645);
- estrutura físico funcional para realização de necropsia: 77,83% não contavam com tal instalação (502/645), 16,59% contavam (107/645) e 5,58% sem informação (36/645);
- estrutura físico funcional para armazenamento provisório de cadáver e carcaça: 68,06% não contavam com tal instalação (439/645), 26,98% contavam (174/645) e 4,96% sem informação (32/645), e
- estrutura físico funcional para esterilização de cão e gato: 77,21% não contavam com tal instalação (498/645), 17,21% contavam (111/645) e 5,58% sem informação (36/645).

Na Tabela 5 encontram-se os registros concernentes às instalações físicas para realização dos procedimentos de eutanásia, necropsia, armazenamento provisório de cadáver e carcaça e esterilização de cão e gato segundo classe de população e número de municípios. Na Figura 2 observa-se a distribuição geográfica dos municípios com instalação física para realização de procedimentos

de eutanásia. Destaque-se que os GVE de Araçatuba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Marília e Bauru são áreas de transmissão para Leishmaniose Visceral Americana.

Na Figura 3 estão representados os 111 municípios que contavam com estrutura físico funcional para realização de esterilização cirúrgica de cão e gato.

### Programas e procedimentos

Em relação aos meios de execução de programas e procedimentos de controle de roedores, de pragas, de vetores, de quirópteros e de animais peçonhentos, respectivamente, 42,94% (277/645), 46,98% (303/645), 82,01% (529/645), 35,66% (230/645) e 48,84% (315/645) das municipalidades informaram que se responsabilizavam, direta ou indiretamente, pela prestação de tais serviços. Na Tabela 6 estão discriminadas as características dos serviços executores apontados pelos municípios.

Chama a atenção o significativo contingente de municipalidades que executavam programa e procedimentos de controle de vetores: 79,69% executavam por meio de serviços próprios (514/645) e 2,32% mediante consórcio intermunicipal (15/645) (Figura 4).

**Tabela 5.** Instalações físicas para realização dos procedimentos de eutanásia, necropsia, armazenamento provisório de cadáver e carcaça e esterilização de cão e gato segundo classe de população e número de municípios.

Classe de População	Total Município	Estrutura físico funcional			
		Eutanásia	Necropsia	APCC	Esterilização
Até 5.000	155	23	8	13	9
De 5.001 a 10.000	123	16	4	12	7
De 10.001 a 20.000	119	21	13	20	15
De 20.001 a 50.000	126	49	25	40	26
De 50.001 a 100.000	49	29	19	30	17
De 100.001 a 500.000	64	51	30	50	31
500.000 e mais	9	9	8	9	6
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>198</b>	<b>107</b>	<b>174</b>	<b>111</b>

APCC: armazenamento provisório de cadáver e carcaça e Esterilização: esterilização de cães e gatos.

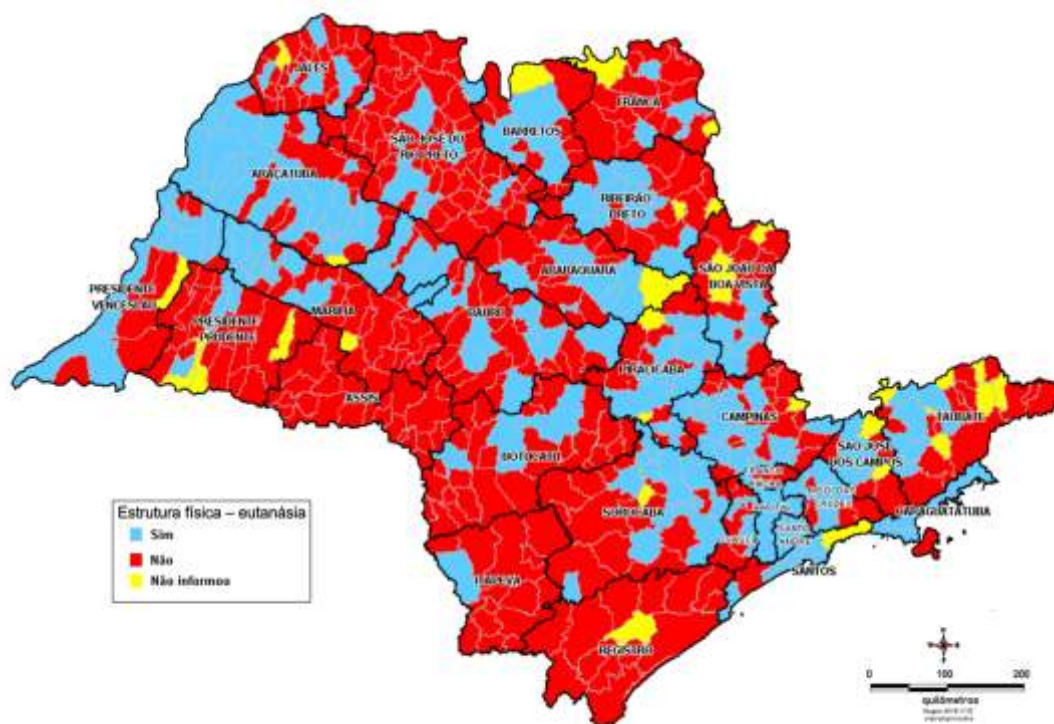


Figura 2. Estrutura físico funcional para realização de eutanásia segundo Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios

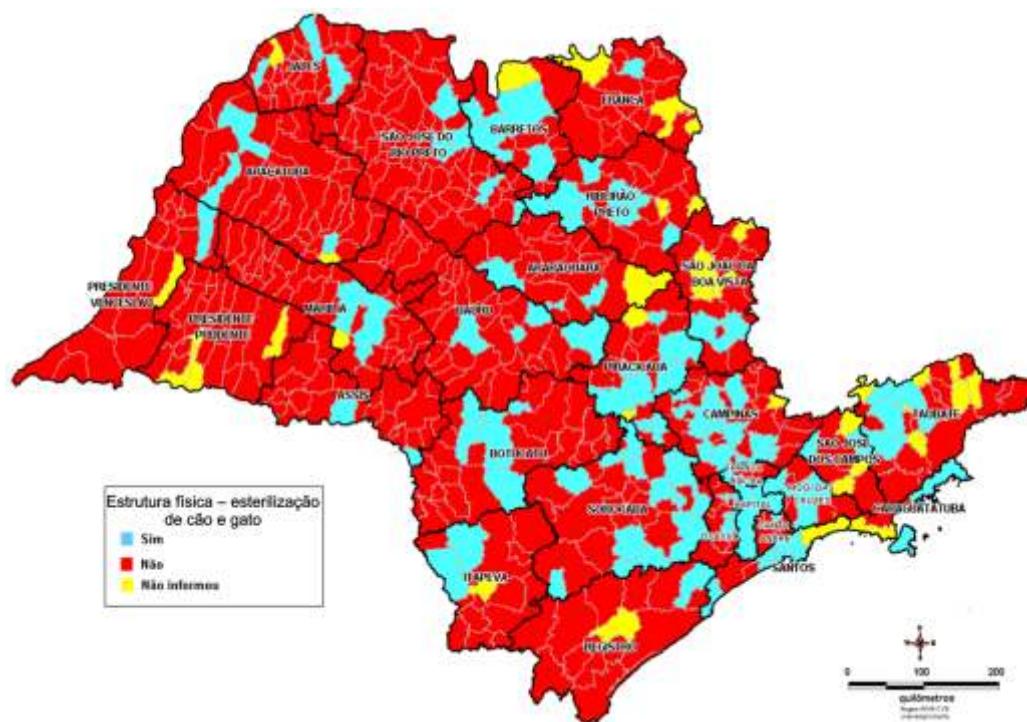
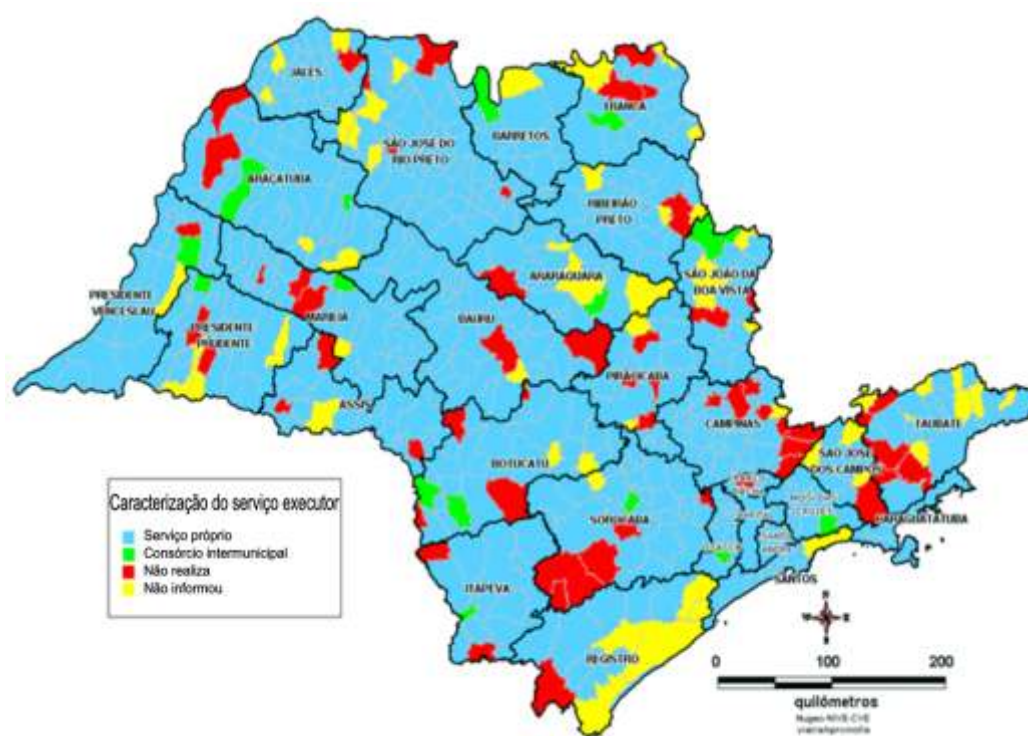


Figura 3. Estrutura físico funcional para realização de esterilização cirúrgica de cão e gato segundo Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios

**Tabela 6.** Programas e procedimentos de controle de roedores, pragas, vetores, quirópteros e animais peçonhentos segundo característica do serviço e número de municipalidades.

Programa e procedimento	Característica do serviço executor				
	Serviço próprio	Consórcio Intermunicipal	Terceirização	Não executa	Não informou
Controle de Roedores	265	11	1	306	36
Controle de Pragas	285	17	1	280	36
Controle de Vetores	514	15	0	056	34
Controle de Quiróptero	211	19	0	349	40
Controle de Animal Peçonhento	295	20	0	267	37

26 municipalidades não preencheram o instrumento de coleta de dados



**Figura 4.** Programa e procedimentos de controle de vetores segundo característica do serviço executor, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municipalidades

Nos serviços municipais de controle de zoonoses, no que se relaciona a demais programas e ou procedimentos, detectou-se:

- recolhimento de cão e gato: 35,35% realizavam tal procedimento (228/645), 55,97% não realizavam (361/645) e 8,68% sem informação (56/645);
- recolhimento de animal de médio e grande porte: 20,47% realizavam tal procedimento (132/645), 70,85% não realizavam (457/645) e 8,68% sem informação (56/645);
- registro e identificação de cão e gato: 19,85% realizavam tal procedimento (128/645), 71,16% não realizavam (459/645) e 8,99% sem informação (58/645);
- adoção de cão e gato: 24,50% realizavam tal procedimento (158/645), 66,51% não realizavam (429/645) e 8,99% sem informação (58/645);

- esterilização de cão e gato: 22,79% realizavam tal procedimento (147/645), 68,84% não realizavam (444/645) e 8,37% sem informação (54/645);
- vacinação de cão e gato: 82,01% realizavam tal procedimento (529/645), 8,68% não realizavam (56/645) e 7,75% sem informação (50/645).

Das 529 municipalidades que vacinavam cão e gato, 497 contavam com serviços próprios, 17 municípios realizavam o procedimento para outras municipalidades, 6 utilizavam ou dependiam de serviços de outras municipalidades e 5 simplesmente informaram que terceirizavam a sua execução, sem registrar para quem.

- eutanásia: 46,05% realizavam tal procedimento (297/645), 45,27% não realizavam (292/645) e 8,68% sem informação (56/645);
- coleta de material biológico: 55,19% realizavam tal procedimento (356/645), 35,97% não realizavam (232/645) e 8,84% sem informação (57/645), e
- parasitológico direto: 31,94% realizavam tal atividade (206/645), 57,98% não realizavam (374/645) e 10,08% sem informação (65/645).

Considerando-se as municipalidades segundo classe, encontra-se representado na Tabela 7 o número de municípios que realizavam esterilização de cão e gato, vacinação de cão e gato, eutanásia, coleta de material biológico e parasitológico direto.

Observou-se que dos 147 municípios que realizam esterilização de cão e gato, 50,34% (74/147) apresentam população igual ou maior que 50.001 habitantes (122/645).

Nas Figuras 5, 6 e 7, os dados referentes à realizavam de esterilização, vacinação e eutanásia de cão e gato estão representados segundo característica do serviço executor, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios. Considerou-se como outros serviços informações de consórcios e parcerias intermunicipais.

#### Articulações institucionais

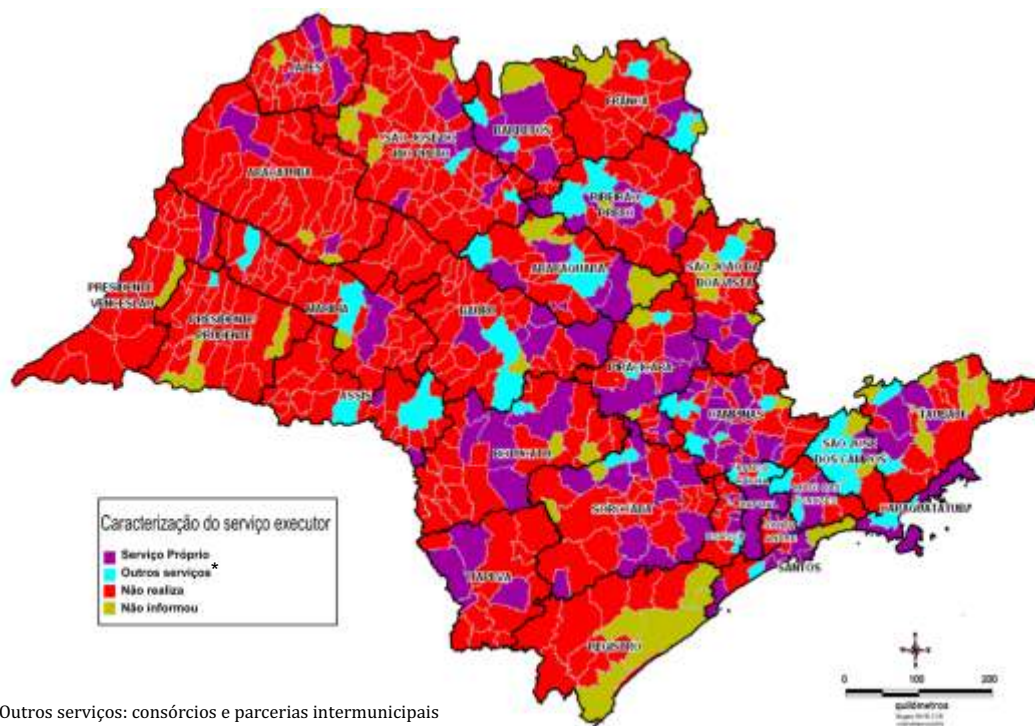
Do conjunto de municipalidades que preencheram o instrumento de coleta de dados (619/645), 42,79% (276/645) informaram que mantinham articulação institucional com os seguintes grupos de entidades, estabelecimentos e órgãos: sociedade protetora de animais, clínica veterinária, secretaria de agricultura/abastecimento, instituição universitária e outros.

**Tabela 7.** Realização de esterilização de cão e gato, vacinação de cão e gato, eutanásia, de coleta de material biológico e parasitológico direto segundo classe de população e número de municípios.

Classe de População	Total Município	Procedimento				
		Esterilização	Vacinação	Eutanásia	CMB	Parasitológico
Até 5.000	155	14	121	52	70	63
De 5.001 a 10.000	123	9	98	42	47	31
De 10.001 a 20.000	119	20	97	37	60	29
De 20.001 a 50.000	126	30	98	67	80	34
De 50.001 a 100.000	49	25	45	36	35	15
De 100.001 a 500.000	64	41	61	54	55	27
500.000 e mais	9	8	9	9	9	7
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>147</b>	<b>529</b>	<b>297</b>	<b>356</b>	<b>206</b>

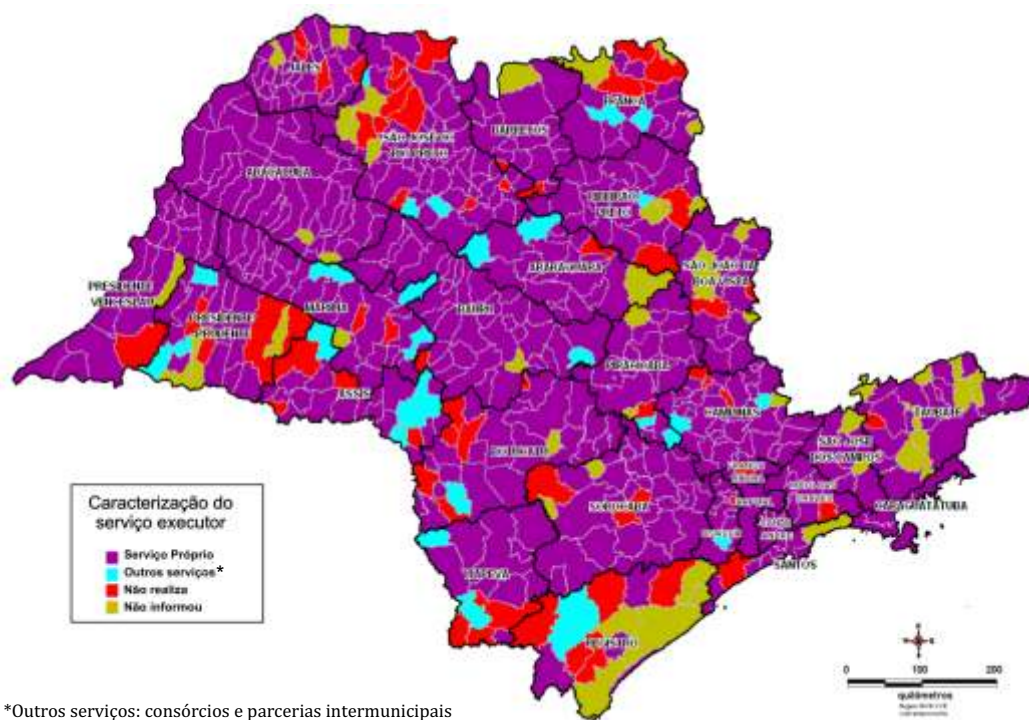
Esterilização: esterilização de cão e gato; Vacinação: vacinação de cão e gato; CMB: coleta de material biológico e Parasitológico: parasitológico direto





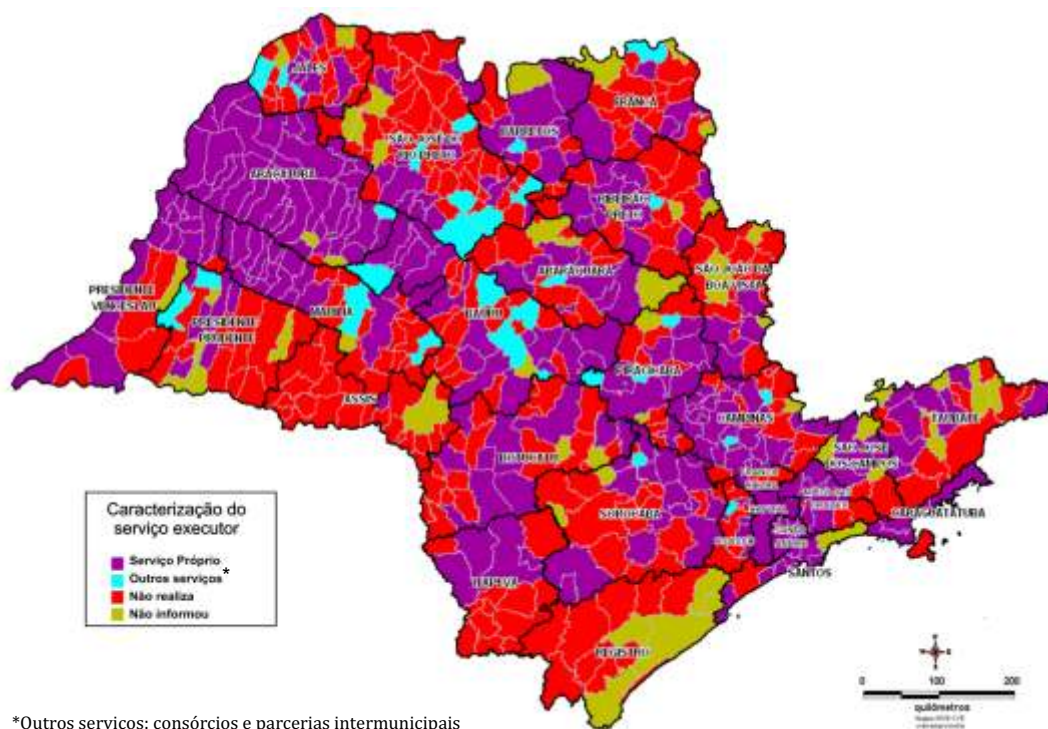
\*Outros serviços: consórcios e parcerias intermunicipais

**Figura 5.** Esterilização de Cão e Gato, segundo característica do serviço executor, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios



\*Outros serviços: consórcios e parcerias intermunicipais

**Figura 6.** Vacinação de cão e gato, segundo característica do serviço executor, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios



\*Outros serviços: consórcios e parcerias intermunicipais

**Figura 7.** Eutanásia de cão e gato, segundo característica do serviço executor, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios

Os grupos de articulações mais relevantes totalizavam 398 e assim se distribuíam: 116 com secretaria de agricultura/abastecimento, 115 com clínica veterinária, 107 com sociedade protetora de animais e 60 com instituição universitária.

Na Tabela 8 estão representadas as articulações institucionais dos municípios com sociedade protetora de animais, clínica veterinária e secretaria de agricultura/abastecimento segundo procedimentos selecionados – recolhimento, alojamento, vacinação, esterilização, eutanásia e adoção, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios.

Destacam-se, quantitativamente, nas articulações institucionais os acordos para que sejam efetuados os procedimentos de esterilização cirúrgica, recolhimento e alojamento com sociedade protetora de animais, os procedimentos

de esterilização cirúrgica, eutanásia e vacinação com clínica veterinária e o procedimento de vacinação com secretaria de agricultura/abastecimento.

Sublinhe-se que, dos 497 municípios que informaram executar a vacinação de cão e gato por meio de serviços próprios, 20,52% (102/495) concomitantemente informaram também articular-se institucionalmente para propiciar a realização desse procedimento, ou seja, 70 se articulavam com secretaria de agricultura/abastecimento, 16 com clínica veterinária e 16 com sociedade protetora de animais.

Das articulações institucionais dos municípios com instituição universitária destacam-se acordos para que sejam efetuados os procedimentos de vacinação (26/60), esterilização cirúrgica (12/60) e necropsia (12/60).

**Tabela 8.** Articulação institucional com Sociedade Protetora de Animais, Clínica Veterinária e Secretaria de Agricultura e Abastecimento segundo procedimentos selecionados, Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios.

Grupo de Vigilância Epidemiológica	Articulação Institucional																
	Recolhimento		Alojamento		Vacinação		Esterilização		Eutanásia		Adoção						
	SPA*	CV* SA*	SPA*	CV* SA*	SPA*	CV* SA*	SPA*	CV* SA*	SPA*	CV* SA*	SPA*	CV* SA*					
Capital	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0		
Santo André	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0		
Mogi dasCruzes	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0		
Franco da Rocha	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0		
Osasco	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0		
Araçatuba	0	1	2	0	1	1	10	0	0	0	0	0	1	2	5		
Araraquara	1	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	2	0		
Assis	1	0	0	0	0	0	1	8	1	2	1	0	0	0	1		
Barretos	0	0	2	1	0	2	3	2	3	3	0	1	3	0	0		
Bauru	1	2	1	2	0	1	5	1	2	4	0	1	7	0	0		
Botucatu	2	0	1	0	0	1	0	7	1	3	1	0	0	0	1		
Campinas	8	2	9	3	0	0	8	1	8	14	0	1	4	0	4		
Caraguatatuba	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1		
Franca	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0		
Itapeva	1	0	1	0	0	0	0	8	0	0	0	2	0	1	0		
Jales	0	2	1	0	0	2	1	7	1	0	1	0	0	4	1		
Marília	1	0	0	2	1	0	3	2	1	2	0	0	3	1	0		
Piracicaba	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0		
Presidente Prudente	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0		
Presidente Venceslau	2	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0		
Registro	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0		
Ribeirão Preto	0	0	1	0	0	0	1	1	4	4	0	1	1	1	0		
Santos	5	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0		
São João da Boa Vista	2	0	2	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0	1		
São José dos Campos	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0		
São José do Rio Preto	4	0	1	0	1	0	3	4	12	2	2	1	1	3	1		
Sorocaba	6	1	2	6	1	0	4	1	2	6	4	0	2	2	0		
Taubaté	1	0	2	2	0	1	1	0	4	0	0	0	0	0	0		
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>33</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>29</b>	<b>89</b>	<b>45</b>	<b>57</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>34</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>0</b>

\*SPA= Sociedade protetora dos animais; CV= Clínica veterinária; SA= Secretaria de agricultura/abastecimento

## Recursos humanos

Os quesitos concernentes aos recursos humanos foram concebidos de modo a expressar cristalinamente a profissão e a ocupação dos trabalhadores da saúde, e o número daqueles que efetivamente trabalhavam nos serviços municipais de controle de zoonoses (SCZ). Nessa perspectiva, formularam-se indagações quanto ao concurso de médico veterinário, biólogo, biomédico, agente de zoonoses ou assemelhado – nível operacional ou básico e nível médio –, supervisor de controle de zoonoses ou assemelhado e sobre o concurso de outro profissional de nível superior, porém procurou-se em cada caso averiguar se os trabalhadores da saúde eram permanentes (servidores estatutários e contratados nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), contratados temporariamente ou cedidos por outros órgãos.

Na tabulação dos resultados optou-se por apresentá-los sem detalhar o tipo de vínculo do trabalhador da saúde com a instituição municipal. Ademais, biomédico (13/4.962) e diversos outros profissionais de nível superior (enfermeiro, educador em saúde, médico, zootecnista, farmacêutico, psicólogo, químico, pedagogo, administrador, e outros) foram agrupados e citados em campo específico para essa finalidade na categoria outros.

O conjunto de municipalidades que preencheu o instrumento de coleta de dados (619/645) apontou a existência de 4.962 profissionais nos serviços de controle de zoonoses. Desses, respectivamente, 74,20% (3.682/4.962), 14,17% (703/4.962), 7,35% (365/4.962), 2,46%

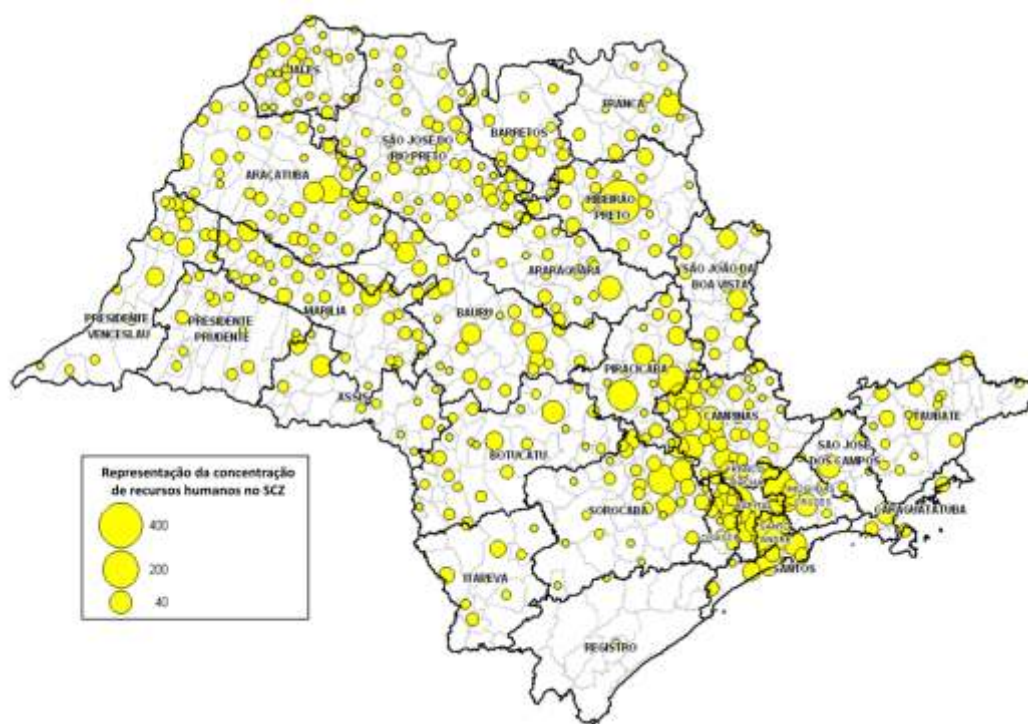
(122/4.962) e 1,81% (90/4.962) são agentes de zoonoses, médico veterinário, supervisor de zoonoses, outros profissionais de nível superior e biólogo (Tabela 9).

Em números absolutos os recursos humanos dos SCZ, mais precisamente 74,16% (3.680/4.962), concentravam-se nos municípios localizados nas áreas de abrangência dos grupos de vigilância epidemiológica de Ribeirão Preto, Campinas, Osasco, Capital, Sorocaba, Piracicaba, Santo André, Araçatuba, Mogi das Cruzes, Bauru, Marília e São José do Rio Preto (intervalo de 484 a 175 profissionais) (Figura 8). Desses GVE, à exceção de Araçatuba e Marília, os demais se incluem entre as doze Regiões de Saúde mais populosas do estado de São Paulo.

Caso seja verificado o número de recursos humanos por 10.000 habitantes, os doze GVE que contavam proporcionalmente com mais profissionais foram Ribeirão Preto, Araçatuba, Presidente Venceslau, Jales, Marília, Caraguatatuba, Botucatu, Piracicaba, Bauru, Itapeva, Assis e Sorocaba (intervalo de 3,84 a 1,64 por 10.000) (Tabela 10). Em sete dessas regiões de saúde existe a transmissão de leishmaniose visceral americana – Araçatuba, Presidente Venceslau, Jales, Marília, Piracicaba, Bauru e Sorocaba.

No que se refere aos agentes de zoonoses 22,79% (147/645) municipalidades não contavam com esse profissional, sendo que, desse conjunto, 53,74% (79/147) tinham até 10.000 habitantes, 22,45% (33/147) de 10.001 a 20.000, 18,37% (27/147) de 20.001 a 50.000 e nos restantes 5,44% (8/147) a população era maior do que 50.001 habitantes.





**Figura 8.** Representação de concentração de recursos humanos de serviços municipais de controle de zoonoses segundo Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios

**Tabela 9.** Número total de recursos humanos – médico veterinário, biólogo, agente de zoonose, supervisor de zoonose e outros profissionais de nível superior – dos Serviços Municipais de Controle de Zoonoses (SCZ) segundo GVE e número de recursos humanos dos SCZ por 10.000 habitantes segundo população dos Grupos de Vigilância Epidemiológica estimada pelo IBGE\* para 2009.

Grupo de vigilância epidemiológica	Recursos humanos (RH)					Total RH	RH 10.000 hab.
	Médico veterinário	Biólogo	Agente de zoonose	Supervisor de zoonose	Outros		
Capital	60	27	248	0	15	350	0,32
Santo André	28	0	247	17	4	296	1,14
Mogi das Cruzes	28	7	211	13	7	266	0,95
Franco da Rocha	8	0	16	3	0	27	0,52
Osasco	26	7	297	39	0	369	1,31
Araçatuba	44	1	191	24	8	268	3,70
Araraquara	16	2	81	10	6	115	1,26
Assis	10	1	61	7	3	82	1,76
Barretos	15	0	43	7	2	67	0,75
Bauru	37	1	168	22	6	234	2,11
Botucatu	26	1	84	13	4	128	2,25
Campinas	56	8	330	27	2	423	1,06
Caraguatatuba	9	3	48	3	0	63	2,27
Franca	13	2	58	10	4	87	1,32
Itapeva	10	1	33	4	5	53	1,87
Jales	28	0	44	8	8	88	3,19
Marília	32	1	114	36	10	193	3,06
Piracicaba	29	5	240	21	7	302	2,13
Presidente Prudente	16	1	20	2	3	42	0,97
Presidente Venceslau	20	0	78	7	1	106	3,48
Registro	1	0	1	0	0	2	0,07
Ribeirão Preto	21	3	417	38	5	484	3,84
Santos	25	2	135	4	1	167	1,00
São João da Boa Vista	15	0	77	9	8	109	1,38
São José dos Campos	10	1	41	1	2	55	0,57
São José do Rio Preto	50	6	93	18	8	175	1,43
Sorocaba	35	8	257	19	1	320	1,64
Taubaté	35	2	49	3	2	91	0,89
<b>Total</b>	<b>703</b>	<b>90</b>	<b>3.682</b>	<b>365</b>	<b>122</b>	<b>4.962</b>	<b>..</b>

Fonte: \*População do estado de São Paulo estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para 1 de julho de 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP\\_2009\\_TCU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf). Acesso em: 16 ago. 2010

Por outro lado, 73,18% (472/645) municípios dispunham de agente de zoonoses (intervalo de 342 a 1 profissional) no seu quadro profissional e 4,03% deles (26/645) não preencheram o instrumento de coleta de dados.

Na Figura 9 está representado o número de agentes de zoonoses em serviços municipais de controle de zoonoses por 10.000 habitantes, segundo grupo de vigilância epidemiológica e número de municípios.

No que concerne à presença ou ausência

de médico veterinário as municipalidades apresentavam as seguintes características: 27,13% (175/645) não contavam com esse profissional (3 deles com mais de 100 mil habitantes), 51,94% (335/645) contavam com 1, 15,97% (103/645) contavam com 2 a 5, 0,62% (4/645) contavam com 6 a 10 e 0,31% (2/645) contavam com mais de 10 profissionais. Na Tabela 10 está representada a estratificação municipal relativa ao número de médicos veterinários segundo classes de população agrupadas.

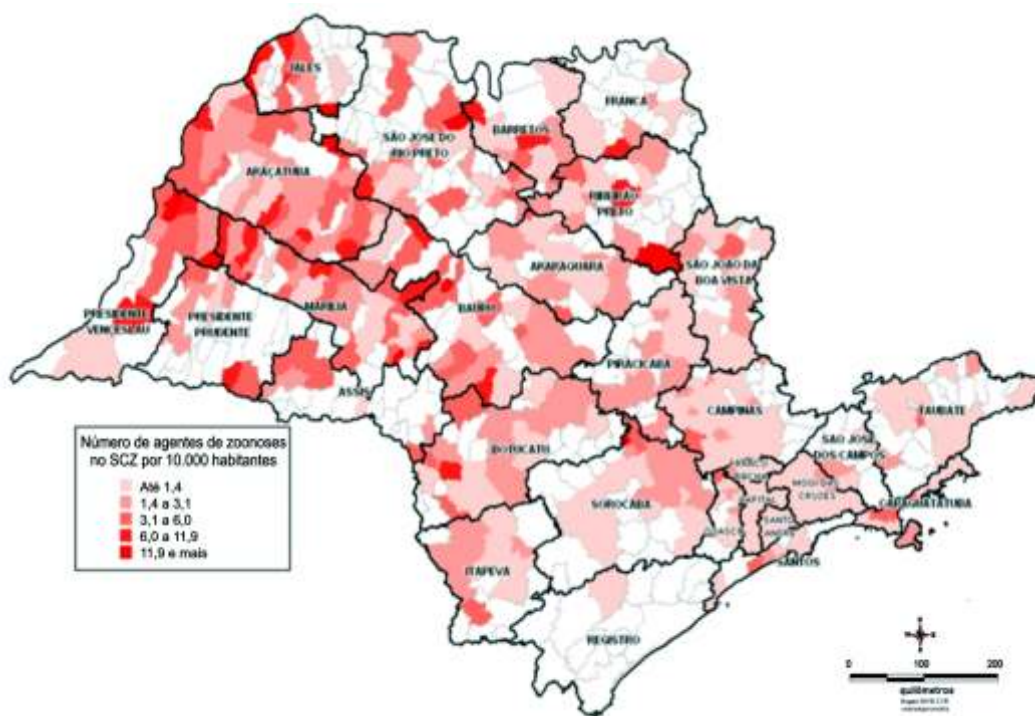


Figura 9. Número de agentes de zoonoses em serviços municipais de controle de zoonoses por 10.000 habitantes, segundo Grupo de Vigilância Epidemiológica e número de municípios

Tabela 10. Estratificação municipal relativa à presença ou ausência de médicos veterinários no Estado de São Paulo segundo classes de população agrupadas.

Estratificação municipal	Classes de população agrupadas					Total
	Até 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a mais de 500.000	
Município sem profissional	108	38	23	3	3	175
Município com 1 profissional	144	68	81	24	18	335
Município com 2 a 5 profissionais	10	9	16	21	47	103
Município com 6 a 10 profissionais	0	1	0	0	3	4
Município com mais de 10 profissionais	0	0	0	0	2	2
<b>Total</b>	..	..	..	..	..	<b>619</b>

26 municipalidades não preencheram o instrumento de coleta de dados

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do diagnóstico dos serviços de controle de zoonoses (SCZ) é fundamental destacar que seus resultados expressam um processo em curso desde o início do Brasil republicano, o qual redundou na assunção efetiva pelo poder local da atribuição de prestar serviços relacionados à vigilância e ao controle de zoonoses.

No âmbito do Estado de São Paulo, de acordo com o que demonstramos anteriormente, o conjunto de municípios, ao dar concretude à execução de tal atribuição, evoluiu historicamente para fazê-lo no sentido preconizado pela já mencionada Lei nº. 11.977, de 25/08/2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, ou seja, ao controle de zoonoses incorporou-se como uma de suas ações o controle reprodutivo de cão e gato, pilar significativo no controle populacional.

A heterogeneidade econômica, social, cultural e política que marca o universo de municípios paulistas, porém, acarreta possibilidades distintas de fornecer respostas aos problemas sanitários imbricados com o controle desta categoria nosológica. Assim, são evidentes as fortes dificuldades que as municipalidades de menor porte enfrentam para prover ações e serviços voltados para o controle de zoonoses.

Neste sentido, uma das opções adotadas na análise dos dados derivados do diagnóstico dos SCZ foi também fazê-lo levando em consideração as classes de população, empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas quais se incluíam as municipalidades.

As citadas dificuldades ocorrem em municípios menos populosos, os quais, como regra, também convivem com fragilidade estrutural – por estrutural entende-se a esfera econômica, portanto, seu impacto dificultador sobre a organização sanitária local.

Nestes termos, à luz do exposto no presente trabalho, é vital conceber-se no interior das diretrizes estaduais medidas que contemplem a organização dos serviços voltados para o controle de zoonoses e de populações de cães e gatos.

No entanto, frise-se, previamente ao processo de concepção de diretrizes específicas, constitui-se providência técnica relevante e urgente a atualização dos dados relativos aos SCZ municipais instalados no território do estado, com a finalidade de oferecer subsídios ao planejamento. Este será o compromisso assumido pela Coordenadoria de Controle de Doenças a partir desta publicação.

## REFERÊNCIAS

1. Sianto, L. Parasitismo em Populações Pré-Colombianas: helmintos de animais em coprólitos de origem humana do Parque Nacional Serra da Capivara – PI, Brasil [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 2009.
2. Schmaedecke, A. Estudo quantitativo das fibras nervosas do periósteo acetabular em cães [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP; 2004.
3. Melo LEH et al. De alveitares a veterinários: notas históricas sobre a

- medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de Olinda, Pernambuco (1912-1926). História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 2010;17(1):107-23.
4. Pfuetzenreiter MR, Zylbersztajn A, Avila-Pires FD. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. *Ciência Rural* 2004;34(5):1661-8.
  5. Boletim Epidemiológico Paulista. São Paulo: Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Controle de Doenças; 2009; 6(Supl 7). Disponível em: [ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc\\_tec/outros/bepa\\_suple7v6\\_caesgatos.pdf](ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/bepa_suple7v6_caesgatos.pdf).
  6. São Paulo (Estado). Lei nº 43, de 18 de julho de 1892. Organiza o Serviço Sanitário do Estado. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 21 jul 1892;3557.
  7. São Paulo (Estado). Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 03 mar 1894;9605.
  8. Lei nº 143, de 28 de janeiro de 1895. Prohibe cães soltos nas ruas, sem estarem açaimados. BEPA [boletim na internet]. 2009 [acesso em ;6(Supl 7):59. Disponível em: [ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc\\_tec/outros/bepa\\_suple7v6\\_caesgatos.pdf](ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/bepa_suple7v6_caesgatos.pdf).
  9. Acto nº 132, de 31 de março de 1902. Altera, consolidando, as disposições dos Actos nº 36, de 22 de maio de 1899, e 90, de 6 de julho de 1900, sobre a apreensão, venda e matança de cães. BEPA [boletim na internet]. 2009 [acesso em 17 nov 2011];6(Supl 7):60. Disponível em: [ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc\\_tec/outros/bepa\\_suple7v6\\_caesgatos.pdf](ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/bepa_suple7v6_caesgatos.pdf).
  10. Sposati AO, coordenadora. A Secretaria de Higiene e Saúde da Cidade de São Paulo – História e Memórias. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; 1985.
  11. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado; 1988.
  12. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 20 set 1990; Seção 1:018055.
  13. Brasil. Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 31 dez.1990; Seção 1:25694.
  14. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.172, de 15 de junho de 2004. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de vigilância em saúde, define a sistemática de financiamento e dá outras providências. [portaria na internet]. [acesso em 7 jul. 2011]. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTAR IAS/Port2004/GM/GM-1172.htm>.
  15. Portaria nº. 3.252 de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. [portaria na internet]. [acesso em 7 jul. 2011]. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria3252\\_da\\_vigilancia\\_em\\_saude\\_0501\\_atual.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria3252_da_vigilancia_em_saude_0501_atual.pdf).

16. São Paulo (Estado). Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005. Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e da outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 10 set. 2005;Seção 1:4.
17. São Paulo (Estado). Lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 17 abr. 2008;Seção1:1.
18. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília (DF);2010.
19. Comissão Intergestores Bi-Partite. Deliberação CIB n.º 36, de 21 de setembro de 2011. Trata da Constituição das Redes Regionalizadas de Atenção à Saúde. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 22 set. 2011;Seção 1:51.
20. Gomes LH, MENEZES RF, Vieira PA. Serviços municipais de controle de zoonoses do Estado de São Paulo: um diagnóstico e um índice de potencial de risco. BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista [periódico na internet]. 2011 [acesso em 17 nov 2011]; 8(94). Disponível em: [http://www.cve.saude.sp.gov.br/bepa/bepa\\_edi.htm](http://www.cve.saude.sp.gov.br/bepa/bepa_edi.htm).

**Correspondência/Correspondence to**  
Luciana Hardt Gomes  
A. Paulista, 393 –Paraiso  
CEP: 0131-000 – São Paulo/SP – Brasil  
Tel.: 55 11 3145-3145  
Email: lhgomes@saude.sp.gov.br